

Enfoques de gênero e Enfoques feministas: desafios metodológicos.

Lia Zanotta Machado¹

Hoje, torna-se importante fazer uma reflexão sobre as novas metodologias introduzidas pelos movimentos feministas nos mais variados saberes disciplinares. A introdução dos olhares a partir dos lugares das mulheres produziram novas abordagens?². Os movimentos feministas dos anos sessenta e setenta, produziram politicamente interrogações sociais novas. Na recrudescência do explodir inicial dos movimentos, consolidaram-se grupos de feministas no campo intelectual buscando introduzir novas temáticas e buscar novas perspectivas analíticas nos saberes disciplinares.

Entendo que as novas perspectivas metodológicas introduzidas a partir dos feminismos, podem ser agrupadas, sem ser exaustivas e, claro, sem que muitas vezes sejam claras as suas fronteiras, em cinco configurações: 1. os estudos sobre a condição e a posição das mulheres, 2. a perspectiva desconstrucionista de gênero, 3. a perspectiva das epistemologias feministas, 4. a perspectiva da diferença sexual, e 5. a perspectiva das relações sociais de sexo.

Quando penso nas três primeiras perspectivas, estou fazendo referência em especial ao mundo anglo-saxônico: os chamados “Women Studies”, os “Gender Studies” e as “Feminist Epistemologies”. Lá os “Gender Studies” acabaram por superar quase consensualmente a perspectiva dos “Women Studies”. E muitas(os) das(dos) que propõem as “Epistemologias Feministas”, trabalham também com a perspectiva de gênero. Quando penso nas duas últimas referências, estou pensando especialmente no campo intelectual francês, onde as duas perspectivas continuam a se distinguir fortemente no campo.

A movimentação feminista francesa, aglutinada em torno do Movimento pela Libertação das Mulheres, foi aos poucos fraturando-se internamente, configurando uma nítida disputa entre um “feminismo da diferença” e um “feminismo da igualdade”. Quando, nos anos oitenta, todo um esforço foi feito para introduzir no campo intelectual: universitário e de institutos de pesquisas, a perspectiva feminista, o campo intelectual já absorveu a distinção entre a perspectiva do feminismo da diferença e a do feminismo da igualdade.

De um lado, buscava-se enfatizar a compreensão, a escuta, a análise e o perscrutar do que seria o feminino, o olhar, a fala e a escritura das mulheres. Este foi o

¹ Professora Titular de Antropologia da Universidade de Brasília, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher NEPeM/UnB, Doutora em Ciências Humanas (USP, 1980) e Pós-doutorado (CNPq) no Institut de Recherches sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO) e na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris (1992-1994).

² Esta interrogação está sendo suscitada no Encontro da ANPOLL (junho de 1998) como o foi no da ANPOCS (outubro de 1997). É o objeto fundamental do II Encontro da Rede de Estudos Feministas (REDeFEM), (julho de 1998) visibilizando uma preocupação interdisciplinar. Sobre as relações entre feminismo e estudos de gênero, ver Machado, Lia Z. (1992 e 1997).

olhar que mais se desenvolveu na França nos estudos de literatura, psicanálise e filosofia. De outro lado, em nome do horizonte da igualdade, buscava-se enfatizar analiticamente as relações sociais de sexo, num repensar da tradicional “divisão social e sexual de trabalho” vista como relações de dominação. Este foi o olhar mais presente no interior dos campos franceses da sociologia e da antropologia, muito embora nessa última também se tenha bastante desenvolvido a teoria da diferença de sexo. Quanto à história, centrou-se na “história das mulheres”, passando a poder se tornar o saber disciplinar mais capaz de transitar entre as indagações provindas da caracterização das diferenças culturais entre os sexos e as relações de poder entre os sexos.

Muito embora os feminismos anglo-saxônicos também tenham se dividido entre correntes igualitárias e diferencialistas, a absorção pelo campo intelectual anglo-saxônico das perspectivas analíticas dos estudos da “diferença sexual” e das “relações sexuais de sexo”, não repetiu o mesmo fraturamento que o ocorrido no campo francês. Luce Irigaray (1977 e 1987) e Julia Kristeva (1981), (do feminismo da diferença) aparecem lado a lado de Cristine Delphy (1977) (do feminismo da igualdade, especificamente, feminismo radical) no tópico “política da diferença” da coletânea preparada por Toril Moi (1987) como representantes de um suposto unitário “pensamento feminista francês”. Lado a lado com este suposto unitário “French Feminist” estão ainda os filósofos franceses Derrida (1972, 1981, 1990) e Foucault (1976), (no campo francês, são, ao contrário, sublinhadas as distinções teóricas e políticas que os diferenciam) nomeados como os grandes inspiradores da paulatina construção no mundo anglo-saxão da teoria desconstrucionista de gênero.

A “disseminação” derrideana (1972b), o contínuo “diferendo” que desestabiliza as diferenças, a preeminência da análise textual que predominam em Derrida, tal como lido no contexto francês, se transformam no contexto americano. Derrida é politizado. A “disseminação” e o “diferendo” se transformam nas categorias inspiradoras da plurivocidade das vozes das minorias, no âmbito da ideologia do multiculturalismo. A “disseminação” se converte em produção de múltiplas verdades. Junto com a crítica cultural e com o multiculturalismo, as feministas anglo-saxônicas fizeram a crítica ao universalismo unificado. Os feminismos se põem na vanguarda na busca de novos paradimas de conhecimento, mas não estão sós. Aliam-se a várias outras críticas filosóficas do *falogocentrismo* filosófico ocidental e do unicismo do sujeito filosófico e do universalismo unificado. Derrida e Lyotard (1986) são retomados e politizados em grande parte pelo multiculturalismo e pelos movimentos intelectuais das minorias raciais.

O caminhar paralelo, às vezes combinado, dos paradigmas teóricos do desconstrucionismo de Derrida, do pós-modernismo, do marxismo, do pós-estruturalismo de Foucault, da hermenêutica e da filosofia analítica britânica, reforçaram a dimensão do simbólico e da linguagem onde se inscreve o social. Reforçaram tanto a imagem do social como culturalmente construído quanto o das ciências humanas e da literatura como culturalmente situadas. O novo tom das duas últimas décadas foi a tendência ao afastamento de um realismo positivista, porque cada vez mais o social e as ciências foram concebidos como inscritos na ordem do simbólico e da linguagem.

Foi, com certeza a “desconstrução” derrideana que inspirou o processo analítico da “desconstrução de gênero” desenvolvida pelas feministas no mundo anglo-saxão em

substituição aos impasses metodológicos dos “estudos de mulheres”. Há uma variedade de métodos desconstrucionistas, quanto variem os olhares dos lugares teóricos e políticos de fala. Para além de sua diversidade, a(s) metodologia(s) da desconstrução de gênero, supera(m) impasses dos “Estudos de Mulheres”. Estudos sobre a condição, a situação e a posição das mulheres, não pareciam se capazes de responder aos desafios feministas, pois tendiam a se tornar descritivos e reiterativos, com o perigo de reificar a situação das mulheres.

A generalização do uso do conceito de gênero no campo intelectual anglo-saxônico nos saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia dos anos oitenta e noventa, trouxe consigo o compartilhamento da radicalização da idéia da desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e da radicalização da construção *simbólica* (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) das noções de feminino e masculino.

O uso cada vez mais generalizado do conceito de gênero é de tal forma presente no campo intelectual brasileiro, que gostaria de centrar minhas reflexões sobre o impacto das novas metodologias de gênero e sobre os seus novos desafios. E a partir da perspectiva desconstrucionista de gênero, estabelecer suas relações com as outras perspectivas.

Estudos de Gênero : Desconstrução e construção simbólica

Entendo que podemos falar da construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero.

Em primeiro lugar porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das *relações de gênero*, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da *transversalidade de gênero*, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. Estes, me parecem os três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos *estudos de gênero* frente à proposta metodológica dos *estudos sobre mulheres*.

Já em 1949, Simone de Beauvoir (1980) afirmava no seu **O Segundo Sexo**, que não se nascia mulher, que se *tornava* mulher. Qual a novidade então da noção de gênero em relação a essa proposição anterior de Beauvoir? A novidade é levar esta afirmação às últimas consequências de seu enunciado. A proposta metodológica de Beauvoir era indagar sobre as relações entre sexo biológico e construção da categoria social de mulher. Hoje, o estado atual dos estudos de gênero permite pensar que a construção social de gênero se faz *arbitrariamente* em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres e que *não existe a mulher*, e que *não existe o homem* enquanto categorias universais. Beauvoir pensava a categoria mulher e a questão da libertação da mulher, posta com algum grau de ambivalência: ser libertada das limitações sociais do seu sexo biológico e ser libertada da forma *social* pela qual este sexo se tornou inferior (o segundo).

Os estudos de gênero produziram a possibilidade paradigmática de um distanciamento do uso da categoria mulher e de um processo de radicalização da pergunta

sobre as relações entre sexo e gênero até a afirmação plenamente radical da *arbitrariedade* das relações entre sexo e gênero. Gayle Rubin (1975) se perguntou sobre o sistema de sexo-gênero e reconhecendo a construção social do gênero como construção social de dominação propôs o fim da diferenciação de gênero. Ortner (1974), Chodorov (1974) e outras(os) se perguntaram sobre a generalização das relações entre sexo e gênero, onde o gênero feminino é pensado como hierarquicamente inferior e concluíram sobre a universalidade da imbricação universal dos pares dicotômicos: cultura e natureza e masculino e feminino e da supremacia do cultural e do masculino.

MacCormack e Strathern e outras(os) (1980), incluindo-se trabalho posterior de Ortner (1981) e de Strathern (1988) criticaram a universalidade da dicotomização simbólica entre cultura e natureza e seu entrelaçamento com as categorias de feminino e masculino, entendendo que a construção do(s) feminino(s) e do(s) masculino(s) é resultado do arbitrário cultural da cada configuração social historicamente situada.

Com certeza, pensar a *arbitrariedade* radical entre sexo e gênero (Ver entre outros Butler, 1990) é devedora do privilegiamento do paradigma da lingüística do distanciamento entre a materialidade do significante e do significado e da primazia de uma visão cultural do social, em que as premissas do social são cada vez mais vistas como culturalmente construídas; isto é, desnaturalizadas por um lado, e passíveis de reconstruções culturais.

Não são poucas as diversidades teórico-epistemológicas, nem poucas as diversidades das perspectivas disciplinares que diferenciam as pesquisadoras e pesquisadores de gênero. Neste sentido estrito, são múltiplos os paradigmas metodológicos nos estudos de gênero, já que a metodologia não está dissociada das opções teórico-epistemológicas, nem das perspectivas disciplinares. Kuhn (1962) duvidava que, no caso das humanidades houvesse paradigmas, já que os modelos teóricos sempre estavam e estão em disputa, de uma forma forte e muito mais perceptível que no campo das ciências exatas, onde as rupturas paradigmáticas são visibilizadas por demarcações temporais.

Gostaria, no entanto, de retomar o conceito de paradigma metodológico, e referir-lo à produção de algum consenso sobre a abordagem, a constituição e a delimitação de uma nova temática e de uma nova perspectiva de investigação, no caso, os estudos de gênero no interior das humanidades. A construção de paradigmas metodológicos pressupõe o compartilhamento de idéias e de instrumentos de análise. Participar de um mesmo *campo intelectual* poderia ser identificado como compartilhar de um mesmo paradigma metodológico ou, pelo menos, de um conjunto delimitado? Assim, a questão sobre a construção de paradigmas passa pela pergunta de se há compartilhamento metodológico entre pesquisadoras e pesquisadores na abordagem das relações de gênero, ou seja, na formulação das questões de gênero.

A noção de *campo intelectual* no sentido de Bourdieu (1968) não exige consenso de paradigmas metodológicos provenientes de um mesmo corpo teórico-epistemológico, mas apenas o reconhecimento de um campo de interlocutores.

Vou me deter sobre a idéia de reconhecimento recíproco, pois entendo que este exige algum compartilhamento de perspectiva paradigmática de conceber os estudos de

gênero. Pensemos o compartilhamento necessário para se fazer parte de um saber disciplinar. Os saberes disciplinares se fundam em premissas, que mais se aproximam a esquemas de pensamento do que a categorias. Constituem-se em perspectivas e não em opções teórico-epistemológicas. As modalidades de formular questões é que são paradigmáticas.

Minha hipótese é a de que os estudos de gênero se organizam em torno a paradigmas metodológicos de uma forma semelhante ao que ocorre nos saberes disciplinares, mas também de uma outra forma distinta e peculiar. Em outros termos, parece-me importante pensar que este campo intelectual se constitui socialmente não como um campo de *especialistas* ou *peritos* no sentido de Giddens (1991 e 1995 in Lasch), mas que se aproxima de um campo de *especialistas* que se quer uma *comunidade pós-tradicional reflexiva* no sentido de Scott Lash (1995). Para além das inúmeras disputas no interior do campo, conseguimos nele negociar , a partir de um compartilhar de uma reflexividade e de um “construtivismo social de gênero” (sensibilidade, crença e utopia de que as construções sociais de gênero não são inertes nem eternas, mas mutáveis e reconstruíveis) não apenas de indivíduos singulares, mas de uma reflexividade que se quer compartilhada como uma **empresa cultural e política**, fundada no compartilhamento das idéias **feministas**.

Conseguimos construir paradigmas metodológicos, quando propusemos que a área de “estudos de mulheres” fosse substituída e suplantada pelos estudos das relações de gênero . Os estudos de mulheres tratavam especificamente de retirar as mulheres da situação de relativa invisibilidade pelo encompassamento da idéia de “homens” como se “neutros” fossem em relação ao sexo, da relativa invisibilidade pela sua inserção privilegiada na história privada, e pela sua quase exclusiva visibilidade enquanto exercendo funções complementares ao sexo masculino. Supunha-se a existência de homens e mulheres, e tratava-se então de analisar seus papéis sociais, sua “condição” e demonstrar sua subordinação, ou sua resistência. Trabalhos pioneiros importantes e de vulto foram realizados. Embora muitas das questões formuladas pelos estudos de gênero estivessem aí presentes e tivessem sido suas precursoras, o que a formulação dos estudos de gênero supõe é que seus paradigmas tenham produzido uma distinção.

A “onda” de “auto-reflexão” dos paradigmas caracterizou as duas últimas décadas e fez dos cientistas sociais seus próprios “nativos” , no dizer do antropólogo americano James Clifford (1986). Tornou suas categorias mais instáveis, tendo sido possível a crítica até ao “impensado” (nos termos de Bourdieu) do pensamento ocidental da dicotomia entre natureza e cultura. Só ao poder ver à distância tal dicotomização é que se pôde não mais compulsivamente repeti-la. Ou talvez seja mais apropriado dizer que foi de tanto repeti-la e discuti-la sob formas e ângulos diversos e em posições opostas, que se pôde desenraizá-la de qualquer formulação de verdade ou verossimilhança. Qualquer noção de feminino e de masculino se tornou contestável . **O consenso foi o de que não há consenso sobre qualquer natureza do feminino e do masculino.**

Ensaiar uma resposta exige uma reflexão sobre seus termos e seus contextos. Se tomo por referência o contexto brasileiro do campo intelectual sobre estudos de gênero, estudos de mulheres e estudos feministas, talvez a formulação forte da pergunta se refira

à dúvida levantada sobre o estatuto do conceito de gênero no campo: um uso meramente descritivo ou alusivo do conceito ou uma efetiva inserção teórica do conceito de relações de gênero, com efeitos nos seus paradigmas metodológicos. Se o Seminário multidisciplinar de São Roque em 1991, organizado pela Fundação Carlos Chagas, retomou esta pergunta que vinha sendo explicitada por Miriam Grossi e Maria Luíza Heilborn (1992), também se perguntou (ou nos perguntamos então) sobre os efeitos dos estudos de gênero nos saberes disciplinares e sobre os efeitos dos saberes disciplinares no campo de estudos de gênero. E ainda sobre os efeitos do feminismo nos estudos de gênero.

De um olhar temporalmente posterior, “Uma Questão de Gênero”, Bruschini e Costa (orgs., 1992), publicação que resultou do Seminário e que buscava o desenhar do estado das artes do campo de estudos, entendo que, além de realizar este “balanço”, o seu sentido forte foi o propositivo: reafirmar e consolidar a transformação do campo multidisciplinar de “Pesquisas sobre a Mulher” em um campo multidisciplinar de “Estudos de Gênero”, legitimando essa temática específica (assim retransformada) no interior dos saberes disciplinares, assim como reafirmar a possibilidade de harmonizar a dupla referencialidade: a perspectiva feminista e a perspectiva de gênero.

Não quero refazer um balanço, ou avaliar, formulando um *elogio*, ou formulando uma *crítica* do bom ou mau uso das ferramentas disponíveis e esperadas para quem se dispõe utilizar o conceito de relações de gênero. Não vou assumir a postura avaliativa dos estudos de gênero para saber se seus autores se distanciaram mais ou menos efetivamente da perspectiva dos estudos de mulheres. Prefiro tomar como objeto de reflexão o estado da formulação mesma das relações de gênero como área de investigação: se conseguiu algum grau de clareza quanto à sua implícita e explícita proposta metodológica e se alcançou algum grau de distinção da perspectiva dos estudos de mulheres.

Entendo que o dilema insolúvel da igualdade/ diferença que por tanto tempo dividiu e, em certo sentido, ainda divide o campo feminista e os estudos de gênero é presa e armadilha desta mesma dicotomia. O dilema do pensamento ocidental, a partir do qual foram criados os saberes disciplinares das humanidades e das ciências exatas é que a *cultura* está para o *masculino*, assim como o *feminino* está para a *natureza*, e que a noção de *identidade* está para o *masculino* assim como a *diferença* está para o *feminino*. Acrescente-se que as dicotomias, no pensamento ocidental tendem a ser unidirecionadas em termos de hierarquia de valor, e teremos que o masculino estará associado com quaisquer termos que estejam na posição superior. Depois de reveladas estas construções simbólicas no interior mesmo dos estudos de gênero, passou-se a desconstruí-las.

Entendo que o trabalho de Strathern (1988) é exemplar na análise e desconstrução desta dicotomia, fazendo saltar qualquer concepção de gênero da armadilha de uma dicotomia elevada ao caráter universal e exigindo uma análise das diversidade da construção de categorias, sejam dicotômicas ou não e da diversidade de se entrelaçarem metafórica e metonicamente. Não são poucas as pesquisadoras brasileiras que apontaram que a concepção do gênero do trabalho, muitas vezes sequer tem ligações metonímicas com as atividades ditas femininas porque domésticas. Muitos gêneros do trabalho são definidos como femininos ou masculinos apenas por relações metafóricas com o que se concebe como de status superior ou inferior. Com certeza, é a primazia da

desnaturalização da idéia de gênero e do entendimento que as relações de gênero são cultural e historicamente construídas que produziu a sensibilidade para buscar o **arbitrário da construção de gênero**.

Concluo afirmando que, se romper com os estudos da substancialidade do que é a mulher e do que é o homem, e romper com a determinação do biológico sobre o sexo, é construir um novo paradigma, os estudos de gênero, conseguiram construí-lo. Os estudos de gênero reivindicam radicalmente o simbólico, no sentido forte da simbolização como englobante do cultural, social e econômico, e da simbolização como o não biológico, como o não natural, isto é, o social pensado na sua antinomia com o biológico. Trata-se da construção de um paradigma que radicalmente reivindica o caráter simbólico das relações de gênero; e que aponta tanto para uma diferenciação quanto para uma indiferenciação, para um número qualquer de gêneros e para a **instabilidade** de quaisquer caracterizações.

Nestas duas últimas décadas os Estudos de Gênero criaram um paradigma metodológico no que tange a ruptura com o sexo biológico e com a dessubstancialização das categorias naturalizadas de homens e mulheres. Afirmaram a primazia metodológica de investigar as relações sociais de gênero sobre a investigação das concepções de cada um dos gêneros, afirmaram a possibilidade cultural de um número indefinido de gêneros, afirmaram a possibilidade dos processos de *diferenciação e indiferenciação de gênero*. Apontaram a primazia da diferenciação sobre as diferenças construídas, isto é, a primazia das *relações* entre os gêneros sobre as concepções de cada um dos gêneros. O “arbitrário” saussureano se tornou cada vez mais visível depois da crítica à crença na dicotomização universal da natureza/cultura e do seu entrelaçamento com a dicotomização feminino/masculino.

O desconstrucionismo de gênero face à perspectiva universalista da diferença de sexo

O debate entre *diferencialistas* e *igualitaristas* presente não só nos movimentos feministas quanto no campo dos estudos de gênero não seria o argumento contrário a esta minha afirmação sobre a construção de um paradigma que radicalmente reivindica o caráter simbólico das relações de gênero? Como se pode entender como o faço que houve paradigmaticamente uma ruptura entre sexo e gênero, se muitas autoras (es) são nominadas não só como *diferencialistas* mas como *essencialistas*? Esta *essência* não é um indício ou uma acusação de que a idéia de gênero ainda está presa a de sexo biológico?

Ou haveria um “essencialismo” da idéia de “feminino” e de “masculino”, na própria dimensão simbólica, como o propõe por exemplo, a psicanálise, especialmente a psicanálise lacaniana? Nos termos da psicanálise lacaniana não se fala em essencialismo, mas em universalismo. Na estruturação das subjetividades diante da Lei Simbólica e diante da *falta, as estruturas* da posição do *feminino* e do *masculino*, são distintas. Caberia aos homens e mulheres, ao se estruturarem como subjetividades, se colocarem nas posições do feminino ou do masculino.

Diferentes formas de conhecimento segundo o sexo (na dimensão simbólica) foram propostos pela perspectiva francesa da *diferença universal de sexo* no campo filosófico e psicanalítico (Irigaray, 1977, 1987, Koffman, 1992) e novas formas de escritura no campo da linguística e da literatura. (Ver Cixous, 1990).

Naomi Schor (1993), partindo de paradigmas dos estudos de gênero no contexto anglo-saxônico relativiza as diferenças entre Simone de Beauvoir (1949) e Luce Irigaray (1977 e 1987), consideradas, no contexto francês, respectivamente como igualitarista, a primeira, e diferencialista e essencialista, a segunda. É interessante que este texto a que me refiro faz parte de um suplemento especial sobre **Feminismos no Presente** da Revista **Futur Antérieur**, organizado na França por Michèle Riot-Sarcey (1993). Segundo Schor (1991 e 1993), a primeira foge da imposição da diferença e a segunda foge da imposição do idêntico. No seu livro, fica claro quanto Simone acreditava na necessidade de lutar contra o destino do sexo biológico e vê-lo como obstáculo à formulação do *projeto* de sujeito que toda mulher deve almejar. Entrar na esfera pública, parecia ser assim, exigir a transformação das mulheres em homens, entende Jane Flax (1992). Ao final do seu livro, diz Schor a respeito de Beauvoir, o desejo de a diferença ser possível no interior das relações de igualdade fica explicitado. Para Schor, tanto Beauvoir quanto Irigaray criticam a exclusão do feminino pelo viés masculino do discurso filosófico, mas é Irigaray quem faz a reivindicação simbólica de uma luta contra a univocidade do masculino no interior mesmo desse discurso.

Schor entende que tanto Beauvoir quanto Irigaray se engajaram na mesma batalha política e filosófica contra a determinação simbólica de uma concepção biológica. São os dois aspectos de um mesmo lado da reivindicação de uma outra forma de falar sobre o sexo. Schor entende que a dominação discursiva do único sexo que se apresenta como masculino instaura ao mesmo tempo a imposição do idêntico (todas as mulheres deveriam ser como os homens para entrar na esfera pública) e a imposição da diferença (para ter poder as mulheres deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens). Assim, a diferença pensada por Irigaray já é cultural e é o outro aspecto da mesma batalha simbólica de Beauvoir.

São muitos e expressivos os textos de estudos de gênero, no contexto anglo-saxônico, que buscam posições para “além da igualdade e diferença”. Entre eles está o organizado por Gisela Bock e Susan James (1992). Seu título: ***Beyond Equality and Difference. Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*** é significativo. Repõe a discussão teórica que especialmente na França dividiu o movimento feminista e as pesquisas universitárias em dois campos nitidamente delineados, num mesmo campo político, embora heterogêneo: o campo político do feminismo e da cidadania.

É deste campo americano da *politização das diferenças* na esfera da cidadania, que posições consideradas antagônicas como a do diferencialismo de Irigaray e a do igualitarismo de Beauvoir podem ser inscritas como se desenvolvendo, uma e outra, na mesma batalha simbólica contra a determinação do biológico.

Deborah Rhode (in Bock e James, 1992) afirma: “*Ficamos presas entre a necessidade de afirmar nossa identidade de gênero e a necessidade de transcender seus*

constrangimentos, para reclamar solidariedade e respeitar a diversidade. O dilema da identidade-diferença não pode ser superado: só pode ser reformulado. (...)Nossas estratégias devem ficar nos princípios feministas e não nos estereótipos femininos. (...) Ainda que a agenda feminista incorpore valores tradicionalmente associados com mulheres, as apostas na sua realização são para os dois sexos compartilharem” (p.158). Jane Flax (1992) conclama para a necessidade da inscrição da qualidade do cuidado(*care*) e do sentido de relacionamento (sentido de *conectividade* e *obrigação com os outros*, p.206)), na concepção da justiça como processo. “*Para se ter indivíduos capazes de desejar justiça, requer-se pessoas que necessitem conexões com outras. Tais pessoas se preocuparão quando o discurso se tornar muito mono vocal, estável e unitário. Procurarão e pensarão sobre as diferenças.*” (p207) Sem dúvida, Flax está aqui retomando as conhecidas formulações de Carol Gilligan (1989) e as inserindo inequivocamente, no plano de uma concepção de justiça que se quer para os dois sexos. Esta proposta e análise foram pensadas a partir de temáticas emergidas de uma socialidade de gênero feminino, mas nada têm de intrinsecamente feminino e nada têm de necessariamente *generizado*. Querem um lugar de participação na esfera pública heterogênea. Marion Young (1990) formula a idéia de um universal cívico heterogêneo.

Se o desconstrucionismo de gênero deixa *in aberto* a construção social do gênero, de tal forma que sejam possíveis classificações, hierarquias valorativas de sentidos contrários, inversos, distintos, equivalentes, e “borragens” das distinções entre os gêneros, a perspectiva da diferença de sexo propõe a universalidade da diferença de sexo, alguns autores entendem que esta universalidade da diferença é recoberta por uma hierarquia de sentido único, onde o valor superior é o do masculino, e outros entendendo que esta hierarquia pode ser revertida ou suprimida, mantidas as distinções.

O desconstrucionismo de gênero face às epistemologias feministas

A partir do contexto americano, as referências mudam em comparação com o campo brasileiro, porque as proposições de construção de paradigmas foram mais ambiciosas. Não se propuseram apenas novos paradigmas metodológicos. O que se propôs foi propriamente a construção de **novos paradimas de conhecimento**. Estas proposições se deram num contexto social e universitário política e institucionalmente mais afetado pelos movimentos feministas e pelos movimentos de minorias raciais . Feministas e pesquisadoras buscaram uma inserção fortemente institucionalizada criando-se departamentos de “Women’s Studies” e depois “Gender Studies” de caráter multidisciplinar. Muitos departamentos de “Cultural Studies” de caráter interdisciplinar, além de toda uma movimentação nas áreas disciplinares de “borrarem” as fronteiras disciplinares, especialmente os limites das ciências sociais, história, letras e filosofia, foram coautores na proposição crítica dos paradigmas da ciência e do pensamento ocidentais.

A produção americana, mas também a anglo-saxônica em geral, especialmente a das pesquisadoras(es) de gênero que se associam ou se intitulam como feministas, reivindica a produção de novos paradigmas de conhecimento. São inúmeros os textos sobre novas epistemologias e novas filosofias. Entre eles, a publicação organizada por Linda Alcoff e Elizabeth Porter (1993): **Feminist Epistemologies**. A noção de “epistemologia feminista” nos é apresentada como “*a difícil aliança do feminismo e da*

filosofia, uma aliança tornada difícil pelo seu contraditório empuxe entre o concreto e o universal” (p.4). Sandra Harding (1993) revendo sua proposta de uma epistemologia baseada no “*standpoint*”, reafirma o privilégio do conhecimento situado a partir de um contexto, rejeita o relativismo absoluto ou indiscriminado e propõe uma maior habilidade para a busca da objetividade. Está apontando claramente nesse texto, seus pontos de concordância e de discordância com posições pós-modernistas e desconstrucionistas, que, ao criticarem o unívoco e abstrato do sujeito da filosofia, propõem uma desconstrução puramente textual (Derrida, 1972), ou então relativizam indiscriminadamente quaisquer e todas as posições, tornadas equivalentes na sua absoluta relatividade, permitindo apenas “manter a conversação” como quer Rorty.

A perspectiva feminista de um novo paradigma de conhecimento se distancia de muitos dos seus aliados por propor um paradigma do “*standpoint*” que defina a posição dos sujeitos de conhecimento. A definição se identifica com a proposição de uma articulação entre o que seria a perspectiva feminista (do sujeito feminista) que implica em algum tipo de resgate de valores experienciados a partir da socialidade diferenciada de gênero. A perspectiva feminista ressalta a especificidade de seu ângulo derivado de sua posição de subordinação nas relações de gênero ou, em outros termos, a especificidade derivada de valores advindos de sua socialidade e que foram até então considerados inferiores. Por outro lado, ao mesmo tempo, propõe explodir com todas as dicotomias entre razão e emoção, entre mente e corpo, na própria formulação do conhecimento. Se para Harding, é a noção de experiência que dá o tom para uma nova epistemologia, em outras autoras esta experiência é quase pré-definida. A publicação organizada por Alison Jaggar e Susan Bordo (1992): **Gênero/ Corpo/Conhecimento. Reconstruções Feministas de Ser e Conhecer**, é exemplar na sua proposta de elaborar a revisão do conhecimento a partir de uma definível socialidade feminina revisitada pela utopia feminista.

Nesse último sentido de construção de novos paradigmas de conhecimento, não entendo que tenham sido construídos. Não foi criado em nome de um olhar ao mesmo tempo feminino e feminista, um novo paradigma de conhecimento que pudesse romper a dicotomia razão e emoção, nem unir justiça abstrata baseada em autonomia com justiça baseada em responsabilidade. Também não o criaram os pós-modernistas ou a crítica cultural. Os adeptos mais vigorosos à construção de novos paradigmas de conhecimento são os intelectuais holistas da Nova Era, que uniram razão e emoção, corpo e mente, mas o fizeram à custa da eliminação da dúvida, pois se não aceitam crenças, experienciam situações que bastam como conhecimento científico. E esta adesão a um novo paradigma já se faz na auto-definição de um campo como paracientífico e para-religioso (Fernanda Paranhos, 1997).

O absoluto do rompimento da dicotomia razão e emoção corre o perigo de ser uma noiva profissão de fé. Corre o risco de reificar a noção do feminino. Uma perspectiva que faça “mover” a dicotomia razão e emoção me parece mais analítica, e mais capaz de garantir um olhar historicamente situado, um lugar para a suspensão e os limites históricos do conhecimento.

As indagações sobre as epistemologias feministas, acabaram, por circularmente, voltarem ao ponto de partida dos olhares situados, mas juntamente com as indagações

desconstrucionistas, inseriram um maior grau de aceitabilidade da dúvida e da relativização face às quaisquer que sejam nossas crenças e discursos analíticos.

Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado dos outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do(a) autor(a) e da construção das subjetividades dos sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. O nós majestático ou a escrita sem sujeito tem a contraparte legitimada de um sujeito da ciência que se coloca e opta. Um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural. O feminismo com certeza é uma das vozes que faz parte desse novo estilo. O estilo não é neutro em relação ao paradigma, mas é menos preciso que um paradigma...

A metodologia desconstrucionista aliada à crítica foucaultiana do poder, à hermenêutica e à descrição densa tal como elaboradas e combinadas pelas pesquisas de gênero e pelas pesquisas feministas foi capaz de produzir a desnaturalização metodológica do gênero. **O desconstrucionismo tal como empregado pelos estudos de gênero, mas no quadro de uma postura feminista se revelou como uma empresa cultural e teve efeitos de empresa cultural de crítica à naturalização de gênero.** A sensibilidade de se perceber como estando situado, e o estar situado em processos sociais e políticos mais amplos que o espaço universitário, talvez nos tenham tornado mais sensíveis para as práticas e os hábitos que se modificam .

Desconstrucionismo, construtivismo social e a perspectiva das relações sociais de sexo

Talvez tenhamos criado junto e ao lado dos movimentos sociais, uma nova sensibilidade e habilidade construtivistas. Contudo, se as posições feministas foram muito mais difundidas, a desnaturalização do gênero ao nível social mais amplo tenha contribuído tanto para posições consideradas conservadoras quanto progressistas na agenda feminista. Muito mais do que o desconstrucionismo de gênero, o que vejo entre os sujeitos sociais , disseminado entre as classes sociais, embora, mais claramente nas camadas médias “informadas”, é o que chamo de construtivismo de gênero. Os sujeitos sociais parecem se perceber como capazes de “escolher” e “construir” o seu gênero e o gênero de seu gênero : orientações sexuais, combinações de novas e velhas formas de ser feminino, ou masculino, de características sensíveis ou mais agressivas, opções mais ou menos conservadoras, mas todas tendo em comum , já como esquema prático de pensamento, a possibilidade de construir o seu gênero.

Num certo sentido, é possível dizer que não se tenha vivido um tão alto grau de vivência da “desnaturalização de gênero” do ponto de vista das individualidades que se constróem. Seu efeito perverso, é que posições ultra conservadoras também podem aparecer como “opções”, no exato sentido em que são aceitas como desnaturalizadas. Onde o “politicamente correto” foi mais forte como nos Estados Unidos, mais presentes estão os “backlash”. O construtivismo de gênero parece ser consistente com o que Giddens (1991 e 1995) aponta sobre a nova e radical reflexividade das individualidades em tempos de “alta modernidade”. Para além de Giddens, e de sua noção de indivíduo que parece emergir dos termos pelos quais se autodefinem, poderíamos repensar que a

construção social desses indivíduos se faz a partir do impensado de suas práticas, onde parece estar enraizada a naturalização de gênero e a naturalização desse tipo de indivíduo que se pensa como matriz de si mesmo e que impensadamente os informa e que certamente tem efeitos na reconfiguração do cenário político. A uma alta densidade de produção de sentido para a singularidade da vida individual, pode corresponder uma baixa densidade de sentido de enraizamento social. O construtivismo individual de gênero pode ter efeitos contrários dos esperados, quando se tentava desnaturalizar os gêneros e desestabilizar as posições de dominação e de hierarquia entre homens e mulheres. Mas, ao menos, pode também ter os efeitos esperados.

Quanto à produção francesa dos estudos da perspectiva das *relações sociais de sexo*, (na França, pouco se emprega o conceito de gênero, fala-se de *sexo social* quer seja por uma ou outra das abordagens) não se propuseram novos paradigmas de conhecimento, ou novas epistemologias feministas, mas sim a introdução de um olhar feminista sobre as relações sociais de sexo como relações de poder e dominação.

As ciências sociais, a história e a área de literatura que se filiam à perspectiva feminista das relações sociais de sexo se propuseram a empresa de afinar os seus paradigmas disciplinares para darem conta da história das mulheres, da sociologia e da antropologia da diferença social de sexo e das relações sociais de sexo. O estudo circunstanciado da diversidade do lugar dos sexos na constituição dos mitos de origem de diferentes culturas, e do lugar das relações sociais de sexo na configuração e articulação do mundo do trabalho e da família, revolucionaram os instrumentos de análise pois as relações de sexo passaram a ser foco revelador para uma sociologia do trabalho, da família e da cultura. (Ver Kergoat,1993, Hirata,1992 e Fougeyrollas, Chabaud e Sonthonax,1985)

A transversalidade do estudo das relações sociais de sexo , nos mais diferentes domínios , faz lembrar a mesma reivindicação pela transversalidade dos estudos de gênero, no campo da perspectiva desconstrucionista de gênero. No Brasil, e no mundo anglo-sexônico, grande parte do campo dos estudos de gênero, incorpora e dialoga com a perspectiva francesa das relações sociais de sexo, pois entende-se que a(s) estratégias metodológica(s) da desconstrução são também desconstruir (desvendando) as relações de poder no interior das relações entre os gêneros.

Desafios : à busca de um estreitamento do diálogo

Ainda que muito rapidamente, quero apontar como, apesar das maiores fraturas entre os subcampos disciplinares e as maiores fraturas entre os saberes disciplinares, que diminuem a interlocução interdisciplinar, a negociação se deu entre os campos opostos nestas últimas décadas, produzindo novas temáticas e dilemas teóricos extremamente instigantes. A força do pensamento lacaniano na constituição de um feminino simbolicamente estruturado em posição distinta do masculino, com certeza informa filósofas feministas como Sarah Koffman, (1992) e a psicanalista Claire Boons (1991) que dialogam com este feminino diferenciado e o interrogam criativamente de dentro dos seus parâmetros, embora não o confrontem.

No entanto, são especialmente Geneviève Fraisse (historiadora e filósofa) e Françoise Duroux (filósofa) in David-Menard et Fraisse(org, 1990) que desvelam o impasse filosófico entre a constituição de um filosofema do amor tal com expresso por Alain Badiou (1993) que é sem dúvida devedor da estruturação da fórmula diferenciada do masculino e do feminino de Lacan (1977,1986)e a proposição de um filosofema da diferenciação sexual por Fraisse. Fraisse, dialogando tanto com Lacan quanto com Irigaray, rompe tanto com a metafísica do uno quanto com a metafísica dos dois sexos. Propõe a diferença dos sexos como um filosofema. Para Fraisse, a proposição do filosofema da diferença sexual será o ponto final da metafísica das diferenças de sexo. Mas como pode ser viável tal empreendimento, pergunta-se Duroux, se os filósofos tratam da diferença sexual como um delírio. O que Duroux chama de delírio é o colocar o feminino como o depositário da verdade absoluta inatingível: a confusão entre o real inatingível e a alteridade inalcançável do feminino, ou o objeto inalcançável do filosofema do amor . O delírio é a aparição do feminino como Diotime que representa para Platão o saber do amor, mas não se apresenta como sujeito ou atriz do amor.

Françoise Collin nos alerta para a dissociação entre a recente introdução do feminino na filosofia de Derrida e de Levinas que se querem críticas do “falocentrismo”, mas que sempre se põem no lugar do quase inatingível ou do desejável, e que se forem atingíveis, o serão por homens e mulheres, já que o feminino se define independentemente do sexo. A ironia, aponta Collin é de que a introdução da categoria do feminino pelos filósofos homens nada tem a ver com a sensibilidade política com a posição social das mulheres. O paradoxo da disseminação da nova sensibilidade filosófica sobre o feminino é que parece não ter necessariamente amarras com qualquer projeto socialmente construído de transformação das relações de poder.

Com certeza, os trabalhos das feministas e dos estudos de gênero estão sendo lidos por filósofos e por cientistas sociais masculinos e femininos, muitos deles e delas não feministas. Giddens analisa as transformações da intimidade citando trabalhos de gênero. O antropólogo James Clifford (1986) desculpa-se por não ter convidado estudiosas de gênero para falar da crítica cultural da forma de se produzir conhecimento. A incorporação e citação desses trabalhos, embora incipiente é mais significativa que o grau de reconhecimento do campo de estudos de gênero como tal.

Este reconhecimento me parece tanto mais possível quanto mais imbricado estiver em projetos paradigmáticos de pesquisadores de outras áreas temáticas. A chamada crise dos paradigmas positivistas objetivistas introduziram a importância da subjetividade e da não neutralidade do sujeito do saber e exigiram uma reflexão sobre as formas de se produzir conhecimento e de se refletir sobre a modernidade. Em grande parte pós-estruturalistas e pós-modernistas se deram as mãos com feministas pesquisadoras de gênero.

No campo dos enfoques feministas de gênero, com certeza, os caminhos da construção de paradigmas se deram pela reivindicação radical da construção simbólica dos gêneros, que se assentaram na metodologia analítica da desnaturalização da diferença sexual.

Numa sociedade hoje, sob a égide do individualismo e da “modernidade reflexiva” segundo o conceito de Giddens, passa-se a pensar que podemos construir o(s) gênero(s) que se quiser. A sexualidade passa também a ser uma questão de preferência e se inscreve como um dos grandes eixos da construção de identidades. Estéticas, estilos e preferências sexuais parecem ser uma questão de escolha.

O que estamos chamando de *construtivismo*, é mais do que a idéia da construção social dos gêneros. É a novidade de um pensamento social amplo que não se restringe ao meio universitário e que aglutina e produz um amálgama entre a afirmação do caráter cultural das idéias de masculino e feminino e a afirmação (crença) de que cabe a cada indivíduo construir o seu gênero e a sua sexualidade. A variedade de concepções de feminino e masculino estão aí a disposição para serem elaboradas e até “possuídas” pelos homens e mulheres.

O atual desafio societário para os estudos de gênero é pensar como a generalização de uma certa idéia social do que chamo de **“construtivismo de gênero” se articula com as categorias de mais longa duração de um “impensado de gênero”**, as categorias naturalizadas de “gênero” na construção social das subjetividades e das sexualidades subjetivas.

O desafio intelectual e metodológico é esboçar uma nova forma de ultrapassar a reiterada fragmentação entre as perspectivas e os saberes disciplinares que privilegiam o estudo do que **aparece** como diferença universal de sexo e os estudos que privilegiam a construção histórica e específica das categorias de gênero.

As perspectivas que se debruçaram sobre as questões nomeadas como universais, talvez, não tivessem mais do que se debruçando sobre questões que, aos nossos olhos, presos somente no reconhecimento de um certo estilo de “construtivismo de gênero”, **parecem ser universais** como nos diz Spivak (1985). E são também aos olhos culturais de nossa sociedade que tudo o que nos parece universal, é pensado como eterno e natural. Fossem ou sejam os diferentes “impensados” de gênero, em alguma parte, elementos de uma maior e longa duração, outros serão os elementos da curta duração. Estudos sobre o debruçar psicanalítico da construção do feminino e masculino, encontráveis nos estudos históricos, sociais ou literários podem ser paradoxalmente reveladores da **construção histórica** de determinadas e específicas construções das categorias de gênero que conformam o que há de mais naturalizado e impensado nas sociedades ocidentais e pós-coloniais contemporâneas.

Para isso, no entanto, é preciso partir da reivindicação radical da construção simbólica e histórica das categorias de gênero, que, tenha sido possível pela introdução do novo paradigma metodológico desconstrucionista tal como elaborado pelo enfoque feminista de gênero. O olhar utópico feminista que reivindica a desconstrução social do poder masculino, politizou o conceito.

A “desconstrução de gênero” é uma invenção feminista.

Bibliografia Citada

- ALCOFF, Linda and POTTER, Elisabeth. 1993. *Feminist Epistemologies*. Routledge, New York and London.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. 1987. *Feminism as Critique*. New York, Basil Blackwell.
- BEAUVOIR, Simone., 1970, *O Segundo Sexo*. 2vol. Rio, Ed. Nova Fronteira.
- BOCK, Gisela and JAMES, Susan (ed.). 1992. *Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*. London and New York.
- BOONS, Marie-Claire. 1991. *Mulheres/Homens. Ensaios Psicanalíticos sobre a Diferença Sexual*, Rio, Ed. Dumará.
- BOURDIEU, Pierre. 1968. *Problemas do Estruturalismo*. Rio, Zahar.
- . 1990. "La Domination Masculine" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, nº84.
- . 1992. "Remarques sur L'Histoire des Femmes" in DUBY et PERROT (ed.) *Femmes et Histoire*, Plon.
- BRUSCHINI, C. e COSTA, A. (orgs.). 1992. *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos e F. Carlos Chagas, S. Paulo.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- CHODOROV, Nancy. 1974. "family Structure and Feminine Personality" in ROSALDO and LAMPHIRE (eds.): *Women, Culture and Society*. Stanford : Stanford University Press.
- CLIFFORD, James and MARCUS (org.). 1986. *Writing Culture*. Univ. of California Press, Berkeley and Los Angeles.
- CODE, Lorraine. 1993. "Taking Subjectivity into Account" in ALCOFF and POTTER *Feminist Epistemologies*, Ed. Routledge, New York and London.
- CIXOUS, Hélène. 1990 "Contes de la Différence Sexuelle" in NEGRÓN, Mara (Org.) *Lectures de la Différence Sexuelle*. Paris: Ed. des Femmes.
- DERRIDA, Jacques. 1972. *Marges de la Philosophie*, Paris, Minuit.
- . 1972. *La Dissemination*, Paris, Seuil.
- . 1972. *Positions*, Paris.
- . 1981. *Glas. Que reste-t-il du savoir absolu?* Paris, Denoel-Gonthier.
- . 1990. *Du Droit à Philosophie*, Paris, Galilée.
- FLAX, Jane. 1991. "Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista", pgs. 217 a 250, in Hollanda, H. (org.) *Pós-Modernismo e Política*, Ed. Rocco.

_____. 1992. Beyond Equality ; gender, justice and difference in Bock and James.1992, op.cit.

FOUCAULT, Michel. 1976. *La volonté de savoir*, Paris.

FOUGEYROLLAS, Dominique, CHABAUD, Danielle et SONTONAX, Françoise. 1985. *Espace et Temps du Travail Domestique*, Paris, Librairie des Méridiens.

FRAISSE, Geneviève, 1989.*Muse de la Raison. La Démocratie Exclusive et la Différence des sexes*. Aix-en-Provence, Alinés.

-----, 1990. "La difference des sexes, une différence historique" in David-Ménard, Fraisse et Tort (Orgs.) *L'Exercice du Savoir et la Différence des Sexes*, Ed. des Femmes, Paris.

-----, 1992. "La lucidité des philosophes" in *Les Cahiers du GRIF*, Tierce.

GATENS, Moira. 1993 .*Feminism and Philosophy*.Polity Press, Oxford.

GIDDENS,Anthony,1991.*Modernity and Self-Identity*. Cambridge, Polity Press,.

-----, (1992) **_The Transformation of Intimacy_** Cambridge, Polity Press.

-----,1995, A Vida em Uma Sociedade Pós-tradicional in BECK,GIDDENS e LASH.1995 *Modernização Reflexiva*. Ed. UNESP. S.P.

HARDING, Sandra.1993.Rethinking Standpoint Epistemology: "What Is Strong Objectivity"? in ALCOFF and POTTER.1993,op.cit.

HEILBORN, M. Luiza. 1992. "Fazendo Gênero ? A Antropologia da Mulher no Brasil" in Costa e Bruschini, op. cit.

-----,1993. "Gênero e Hierarquia. A Costela de Adão Revisitada", pgs. 50 a 82, in *Estudos Feministas*, vol. 1, Rio, UFRJ.

HIRATA, Helena. 1992. "Notes sur les apports d'une problématique en terme de rapports sociaux de sexe à ma recherche" in *Cahiers du GEDISST*, n° 3, Paris.

IRIGARAY, Luce,1977.*Ce Sexe qui n'en est pas un*. Paris.Minuit.

_____.1987. "L'Ordre Sexuel du Discours" in *Langages* n° 85, pp.81-123.

JAGGAR,Alice and BORDO,Susan(ed.). 1992.*Gender/Body/Knowledge*.Rutgers University Press, New Brunswick, New Jersey

KERGOAT, Danièle. 1993. "Présentation" à "La qualification, un enjeu des Rapports Sociaux de Sexe?" in *CAHIERS du GEDISST*, IRESKO-CNRS, n° 7.

KOFMAN, Sarah. 1992. "La question des femmes: une impasse pour les philosophes", pgs. 65 a 73, in *Les Cahiers du Grif*, Deuxièmes Tierce, printemps.

KRISTEVA, Julia.1981. "Women's Time".*Signs* 7/1, Autumn.

KUHN,Thomas.1962.*The Structure of Scientific Revolutions*.Chicago and London,The University of Chicago Press.

LACAN, Jacques. 1977. "The Signification of Phallus" in *Ecrits. A Selection*. New York/London: Norton and Company.

-----, 1986 _ **Os Escritos Técnicos de Freud** _ Livro 1, Rio: Jorge Zahar.

LASH, Scott.1995. "A Reflexividade e Seus Duplos: estrutura,estética,comunidade." in BECK,GIDDENS e LASH.1995.*Modernização Reflexiva*. Ed. UNESP. S.P.

LYOTARD,J.F..1986. *O Pós-Moderno*.Rio: José Olympio.

MACCORMACK,C. and STRATHERN,M.(Eds.) *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

MACHADO, Lia Z.anotta. 1992. "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade" in COSTA e BRUSCHINI (org.) *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos.

-----,1997. "Estudos de gênero: Para além do Jogo entre Intelectuais e Feministas" in SCHPUN, Mônica(org.) *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis, Ed. das Mulheres.

MATHIEU, Nicole-Claude. 1985. *L'Arraînement des Femmes. Essais en Anthropologie des Sexes*, Paris, Ed. de l'EHESS.

-----, 1991. *L'Anatomie Politique. Catégorizations et Idéologies du Sexe*. Paris, Côte-femmes éditions.

MOI, Toril. 1987. *French Feminist Thought. A Reader*.New York: Basil Blackwell.

ORTNER, Sherry.1974. "Is Female to Male as Nature is to Culture?" in ROSALDO and LAMPHREY.op. cit.

ORTNER, Sherry and WHITEHEAD,Harriet.1981. "Accounting for Sexual Meanings" in ORTNER, Sherry and WHITEHEAD,Harriet. *Sexual Meanings*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

PERROT, Michelle,1994. "Où en est en France l'histoire des femmes ?" in *French Politics and Society*, vol. 12, nº1.

PARANHOS, Fernanda.1997. *Nova Era: a Busca da Sincronicidade*. Dissertação de Mestrado. Depto. de Antropologia UnB.

RIOT-SARCEY, Michèle. 1993. "De l'histoire politique et des pouvoirs" in *Futur Antérieur Supplement Feminismes au Présent*. Paris, L'Harmattan.

RUBIN, Gayle.1975. "The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex" in REITER,R. (org.) *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press.

SCHOR,Naomi.1993. "Cet Essencialisme que n'(en) est pas un: Irigaray à bras le corps

SPIVAK, Gayatri.1985. "Three Woman's Texts and a Critique of Imperialism" in *Critical Inquiry*.12/1.

STRATHERN,Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift*. Berkeley and London: Univ. of California Press.

YOUNG, Iris Marion. 1990. "A Imparcialidade e o Público Cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política" in BENHABIB, Seyla e CORNELL, *Feminismo como Crítica da Modernidade*, São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos.